



Participação da mulher em atividades pluriativas, agrícolas e não-agrícolas: evidências para o Brasil Rural

Denny de Oliveira Silva (Bolsista/Apresentador)¹ – Unifesspa
e-mail oliveirasdenny@gmail.com
Juliana de Sales Silva (Coordenador(a) do Projeto)² - Unifesspa
e-mail juliana.sales@unifesspa.edu.br

Agência Financiadora: UNIFESSPA/CNPq
Eixo Temático/Área de Conhecimento: Economia

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o meio rural tem passado por diversas transformações, como o aumento das atividades pluriativas. Entende-se como atividades pluriativas, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Segundo Fuller (1990) e Gasson (1988), tal atividade é buscada para solucionar desequilíbrios econômicos e sociais do desenvolvimento agrário desde a década de 1950, como adaptação, estilo de vida, complemento de renda e diminuição dos riscos agrícolas. Além disso, a pluriatividade, surge como uma alternativa de renda aos agricultores, devido a baixa produtividade, a falta de investimentos e efetivação de políticas públicas, que tornam a produção agropecuária insuficiente para manter as famílias no campo (SOUZA; SILVA, 2012).

A pluriatividade existe há bastante tempo no meio rural, no entanto, apenas recentemente os estudos passaram a utilizar tal denominação. Na Europa a pluriatividade passou a ter maior importância na década de 1970, quando a União Europeia enfrentou problemas de altas taxas de desemprego urbano. Foi então que os formuladores de políticas públicas passaram a ver na pluriatividade como uma alternativa para conter o êxodo rural-urbano, combater a pobreza rural e estabilizar as rendas familiares rurais (SAKAMOTO *et al.*, 2016).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um de seus relatórios, mostrou a grande importância dessas atividades em um capítulo do relatório sobre o emprego de 2005, indicando que essas atividades são capazes de promover e aumentar o bem-estar e a qualidade de vida rural, bem como auxiliar a redução do desemprego e a sazonalidade das ocupações, diminuindo a pressão sobre a migração rural-urbana e permitindo o acesso a bens, alimentos e serviços (OIT, 2005).

No Brasil, na década de 1990, de acordo com Silva (2001), a prática dessas atividades cresceu a uma taxa de 3,7% ao ano e com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, 37% (1.910.131) de todos os estabelecimentos agropecuários brasileiros, são pluriativos. Tem-se observado dessa forma, um processo de reestruturação da produção agropecuária e do espaço reservado à agricultura no qual a pluriatividade tem adquirido grande importância (SILVA *et al.*, 2018).

Concomitantemente ao aumento de práticas agrícolas e não agrícolas no meio rural brasileiro, cresce também a participação das mulheres nessas atividades, que são de grande importância na diversificação da produção e no complemento da renda familiar. No entanto, este fenômeno não é exclusividade do Brasil, segundo Deere (2006), na América Latina, a partir de 1970, houve o aumento a participação de mulheres do meio rural em atividades não agrícolas, com o objetivo de diversificação do sustento.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, apenas cerca de 14% (229.485) dos estabelecimentos pluriativos brasileiros são geridos por mulheres. Esta pequena parcela de estabelecimentos pode estar relacionada a função da mulher no meio rural. Segundo Brumer (2004), Paulilo (2004) e Farias (2009) o papel da mulher é culturalmente desvalorizado, uma vez que estas são responsáveis pelas atividades reprodutoras (cuidado de pequenos animais, hortas, educação dos filhos, limpeza da casa, entre outros) e os homens pelas atividades produtivas (como comprar insumos, vender a produção, comprar máquinas, investimentos bancários, entre outros).

A ABMRA (2017), em uma pesquisa realizada em 15 estados em propriedades de pequeno, médio e grande porte, a participação da mulher no meio rural brasileiro passou de 10% em 2013 para 31% em 2017.

¹Graduando em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

²Doutora em Economia Aplicada - Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACE/IEDAR/Unifesspa)

Tal aumento decorre em grande parte da modernização da agricultura, bem como do aumento da demanda por serviços e atividades não agrícolas, que tem como objetivo ampliar a sustentabilidade familiar e autonomia.

Neste sentido, percebe-se ainda uma tradicional divisão do trabalho, na qual o homem é responsável pelo trabalho produtivo e a mulher responsável pelos cuidados domésticos. A FAO (2016) mostra que nos países em desenvolvimento, 43% da força de trabalho agrícola é composta por mulheres, que se encontram, em comparação aos homens, mais desfavorecidas, com menos recursos e direitos, inclusive pela dupla jornada de trabalho que estas desempenham. A publicação apresenta ainda que se houvesse equidade nas oportunidades entre homens e mulheres, além da possibilidade de maior crescimento econômico, cerca de 17% da fome do mundo poderia ser reduzida.

Buscando mitigar tais disparidades e fortalecer a mão de obra feminina no meio rural, no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, tem ampliado e implementado políticas públicas para as mulheres na agricultura. Um exemplo disso, é a criação em 2003 o Pronaf Mulher, uma linha de crédito para mulheres agricultoras. Além disso, foi criado em 2004 pelo mesmo Ministério, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), para ajudar na emissão de documentos civis e trabalhistas no campo, e realizar ações educativas com o objetivo de esclarecimento das beneficiárias quanto à utilização dos documentos, bem como sobre as políticas públicas e orientando sobre as formas de acesso (MDA, 2017). Adicionalmente, segundo Souza e Silva (2012) outro grande avanço para as mulheres no meio rural, foi a à normatização de assistência técnica para assentados da reforma agrária recomendando a inclusão das mulheres, visando promover a igualdade entre homens e mulheres.

Com base nesta nova configuração do espaço rural apresentada, que surge questões sobre a participação da mulher nas atividades econômicas no meio rural, porém não mais exclusivamente na atividade agropecuária, mas sim, na combinação com outros tipos de atividades (agrícolas e não agrícolas).

Portanto, é neste contexto de mudança no meio rural, o qual há a inserção de atividades para além da agropecuária e a maior participação da mulher, que esta pesquisa se insere. Sendo assim, espera-se observar em que medida houve evolução da participação da mulher no meio rural e quais os fatores que contribuem para o desenvolvimento de atividades exclusivamente agrícolas, não agrícolas ou pluriativas. Além disso, acredita-se que esta pesquisa possa sinalizar as potencialidades que a pluriatividade pode ter nas condições de vida das mulheres rurais, como a geração de emprego, a melhoria das rendas, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o que levará, de maneira geral, a um maior desenvolvimento rural.

A literatura econômica que versa sobre a atuação da mulher no meio rural brasileiro, tem como modelo teórico o relacionado à alocação do tempo, desenvolvido por Becker (1965) e aprimorado por Gronau (1977) e Lee (1998). Sendo assim, os trabalhos destes autores servem como base para o estudo do processo de tomada de decisão em relação a quanto tempo deverá ser dedicado ao lazer, trabalho doméstico e mercado de trabalho.

No que tange trabalhos já desenvolvidos na temática, com o objetivo de mostrar a participação da mulher no meio rural, têm-se Little e Austin (1996), Damisa e Yohanna (2007), Sales (2007), Andrade *et al.* (2009), Santos *et al.* (2010) e Souza e Silva (2012). Já no que se refere a participação de mulheres em atividades pluriativas, têm-se Silva e Schneider (2010), Röhmlt e Salamoni (2010), Herrera (2013), entre outros. No entanto, nenhuma dessas pesquisas analisam quais são os fatores determinantes que fazem as mulheres do meio rural, terem atividades exclusivamente agrícolas, não agrícolas ou pluriativas. Portanto, buscando preencher tal lacuna é que esta pesquisa se justifica.

Diante do apresentado anteriormente, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar quais os fatores determinantes para as escolhas ocupacionais das mulheres residentes no meio rural brasileiro. No que se refere aos objetivos específicos, tem-se: a) identificar e analisar a participação da mulher nas atividades pluriativas, agrícolas e não agrícolas no Brasil Rural; e b) verificar o efeito da pluriatividade e das atividades exclusivamente agrícolas e não agrícolas nas condições de vidas dessas mulheres.

2. MATERIAS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizado o modelo Logit Multinomial (LM), baseado na análise de probabilidades. Este modelo mostra-se indicado quando pretende-se estudar categorias nominais (GUJARATI; PORTER, 2011), como é o caso desta pesquisa, em que se pretende utilizar atividade agrícola, atividade não agrícola e atividade pluriativa. Permitindo captar a significância das variáveis explicativas e a relação destas com a variável explicada (LOUVIERE *et al.*, 2000).

De acordo com Cameron e Trivedi (2005) a probabilidade de que um indivíduo i se encontre em determinada situação j (atividade agrícola, atividade não agrícola e atividade pluriativa) é:

$$p_j = Pr[y = j] = F_j(x_i, \beta) \quad j = 1, \dots, m \quad (6)$$

Adicionando m variáveis aleatórias para cada y observado, a variável policotômica explicada pelo modelo LM pode assumir o valor 0 se a mulher possui atividade agrícola; 1 se possui atividade não agrícola; e 2 se a mulher possui atividade pluriativa. A escolha será processada considerando-se as características de

cada mulher, cuja as variáveis explicativas são: cor; estado civil; renda do não trabalho; escolaridade; idade; *dummies* de regiões brasileira; filho; renda domiciliar; experiência; e número de componentes na família.

Greene (2011) evidencia que a interpretação de parâmetros não lineares, principalmente os multinomiais, deve ser feita com prudência, para que se possa ter uma noção de como as covariadas afetam a probabilidade do indivíduo modificar-se para cada opção j . Desta forma, é necessário considerar-se uma categoria como base para evitar o problema de indeterminação, por meio de uma normalização, em que supõe-se $\beta_1 = 0$.

No que tange as estimativas, devido a não linearidade do modelo, este é feito por Máxima Verossimilhança (MV), o qual encontra uma combinação de coeficientes que maximiza a probabilidade de ocorrência do evento.

Pelo fato dos coeficientes do modelo LM não representarem diretamente as respostas marginais das covariadas, é importante calcular a Razão de Risco Relativo (RRR), que é baseada na variação das chances em favor de determinada categoria em detrimento das outras (PEREIRA, 2017), que pode ser definida como a probabilidade de determinado evento ocorrer em relação a outro.

No que se refere aos dados necessários para a supracitada análise, estes serão coletados dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, disponibilizados pelo IBGE, levando em consideração seu plano amostral complexo.

No que tange as variáveis utilizadas, estas estão são: i) Variável dependente: Atividade (Variável categórica assumindo valor 0 se a mulher participa de atividades agrícolas, 1 se participa de atividades não agrícolas e 2 participa de atividades pluriativas); ii) Variáveis independentes: Idade (Idade da trabalhadora); Cor (Variável *dummy* que assume valor 1 se a mulher é branca e 0 caso contrário); Estado civil (Variável *dummy* que assume valor 1 se a mulher é casada e 0 caso contrário); Renda do não trabalho (Logaritmo natural da renda proveniente do não trabalho); Escolaridade (Anos de estudo); Experiência (Anos de experiência (idade da trabalhadora menos os anos de escolaridade menos seis)); Filho (Variável *dummy* que assume valor 1 se a mulher possui filho e 0 caso contrário); Renda domiciliar (Logaritmo natural da renda domiciliar *per capita*); Componentes na família (Número de componentes da família); Região (*Dummies* para cada região brasileira, sendo a Norte a categoria base).

É importante fazer algumas considerações a respeito das variáveis utilizadas, para a experiência foi levado em consideração a hipótese de que todos os trabalhadores iniciam a vida escolar aos 6 anos e nenhum tempo é gasto fora da força de trabalho ou da escola, a qual também foi incluída sua forma quadrática com o objetivo de se leva em conta a possível depreciação do capital humano (BARBOSA *et al.*, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para investigar quais os fatores determinantes para as escolhas ocupacionais das mulheres residentes no meio rural brasileiro, foi estimado um modelo Logit Multinomial (LM). Como apresentado na metodologia, foi utilizado três categorias de escolhas ocupacionais, atividades agrícolas, não agrícolas e pluriativas, sendo esta última, utilizada como base nesta pesquisa.

Os coeficientes estimados no modelo LM não podem ser interpretados da maneira usual, dado que a estimação apresenta funções não lineares. Dessa maneira, a interpretação é será realizada não exclusivamente por meio dos sinais dos coeficientes, mas pelas razões de riscos relativas (RRR).

Antes de analisar os resultados das estimações, é importante destacar que a base de comparação utilizada foi a atividade pluriativa para as mulheres do meio rural brasileiro.

Passando para os resultados do modelo, as variáveis contribuíram na escolha das atividades das mulheres do meio rural, os resultados mostraram que algumas não foram estatisticamente significantes, indicando que tais variáveis não foram importantes para explicar a insegurança alimentar dos domicílios rurais brasileiros. Essas variáveis na comparação entre atividades pluriativas e atividades agrícolas, foram *cor*, *renda do não trabalho* e *renda domiciliar per capita*. Já pra a comparação entre atividades pluriativas e atividades não agrícolas, foram *filho*, *cor*, *estado civil* e *renda do não trabalho*. Nas dias comparações, a *escolaridade* foi omitida por cauda de multicolinearidade.

Quando se compara as mulheres com atividade pluriativa com as da atividade agrícola, percebeu-se que a probabilidade das mulheres desenvolverem apenas atividade agrícola diminuí quando se tem uma maior *idade*, indicando que as mulheres mais experientes em termos de idade procuram diversificar suas atividades no meio rural. Em sentido contrário, observou-se que um maior número de *filhos* têm uma relação positiva na probabilidade da mulher rural desempenhar uma atividade apenas agrícola, comparativamente a atividade pluriativa. Tal resultado indica que uma maior família, faz com que a mulher se dedique apenas a um tipo de atividade, o que é corroborado com a número de *componentes familiares*.

Ainda na comparação entre atividade pluriativa com as da atividade agrícola, percebeu-se que a probabilidade das mulheres desenvolverem apenas atividade agrícola diminuiu quando essas são casadas

(variável *civil*), demonstrando que ter um companheiro no domicílio permite diversificar a atividade rural. No que versa sobre a *experiência*, nos resultados observou-se que uma maior experiência têm uma relação positiva na probabilidade da mulher rural desempenhar uma atividade apenas agrícola, comparativamente a atividade pluriativa.

No que se refere aos resultados das *regiões*, na comparação entre atividade pluriativa com as da atividade agrícola, percebeu-se que residir em qualquer uma das regiões brasileiras, comparativamente a categoria base que é Norte, a probabilidade das mulheres desenvolverem apenas atividade agrícola diminuiu.

Passando a realizar as interpretações dos resultados encontrados para as mulheres com atividade pluriativa comparativamente as da atividade não agrícola, observou-se que a probabilidade das mulheres desenvolverem apenas atividade não agrícola diminuiu quando se tinha uma maior *idade*, indicando que as mulheres mais experientes em termos de idade procuravam diversificar suas atividades no meio rural. Em sentido contrário, observou-se que um maior número de *componentes familiares* tinha uma relação positiva na probabilidade da mulher rural desempenhar uma atividade não agrícola, comparativamente a atividade pluriativa. Esta mesma relação foi encontrada para a *renda familiar per capita*, indicando que uma maior renda no domicílio fez com que a mulher buscasse atividade fora do meio rural.

As variáveis de *experiência* e as *dummies de regiões* apresentaram uma relação negativa na probabilidade da mulher rural desempenhar uma atividade não agrícola, comparativamente a atividade pluriativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a finalização do trabalho, observou-se que para as mulheres do meio rural brasileiro buscam diversificar suas atividades, isto é realizarem uma atividade pluriativa, quando são mais velhas, estão casadas, se residem fora do Norte do Brasil.

Por fim, conclui-se que é importante realçar e analisar as atividades desempenhadas pelas mulheres no meio rural brasileiro, se a diversificação de suas atividades encontradas no trabalho geram maiores rendas e melhorias de qualidade de vida. Dessa forma, com o aprofundamento dessa pesquisa, poderá delinear políticas públicas, para promover para as mulheres dessa área uma maior renda e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ABMRA – Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio. Pesquisa de Hábitos do Produtor Rural. 37 p., 2017.
- BARBOSA, A. L. N. de H.; BARBOSA FILHO, F. de H.; LIMA, J. R. F. de. Diferencial de salários e determinantes na escolha de trabalho entre os setores público e privado no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 43, n. 1, 2013.
- BECKER, G. S. A theory of the allocation of time. **The Economic Journal**, v. 75, n. 299, p. 493-517, 1965.
- CAMERON, L. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: methods and applications**. New York, USA: Cambridge University Press, 2005. 1058 p.
- DAMISA, M. A.; YOHANNA, M. Role of rural women in farm management decision making process: Ordered probit analysis. **World Journal of Agricultural Sciences**, v. 3, n. 4, p. 543-546, 2007.
- GREENE, W. H. **Econometrics analysis**. 7ª ed. Prentice Hall, 2011. 1188 p.
- GRONAU, R. Leisure, home production and work: the theory of the allocation of time revisited. **Journal of Public Economics**, v. 85, n. 6, p. 1099-1124, 1977.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5 ed. McGraw Hill: Porto Alegre. 2011. 924 p.
- HERRERA, K. M. Uma Análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero (**Anais...**), v. 10, 2013.
- LEE, M. Off-farm labor supply and various related aspects of resource allocation by agricultural households. Verlag Nicht Ermittlbar, 1998.
- LITTLE, J.; AUSTIN, P. Women and the rural idyll. **Journal of Rural Studies**, v. 12, n. 2, p. 101-111, 1996.
- LOUVIERE, J. J.; HENSHER, D. A.; SWAIT, J. D. Stated choice methods: analysis and applications. New York: Cambridge University Press, 2000.
- PEREIRA, A. F. C. **Impactos da pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a incidência de pobreza nas famílias agrícolas brasileiras**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017.
- SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 561-582, 2016.
- SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 437, 2007.
- SANTOS, G. C.; FONTES, R. M.; BASTOS, P.; LIMA, J. E. D. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.
- SOUSA, R. E. M. de; SILVA, M. das G. S. N. Mulher: a quebra do paradigma da função reprodutiva. **Geografares**, n. 10, p. 203-224, 2012.